

COREMAS HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023

COREMAS HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Coremas Holding S.A.  
Coremas - PB

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Coremas Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Coremas Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que o gasto com pessoal de desenvolvimento de projetos e manutenções das usinas fotovoltaicas são geridos pela Rio Alto Serviços e Construções Ltda. e não existe atualmente um critério de rateio e repasse de custo estabelecido entre essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, a qual emitiu opinião sem modificação na data de 14 de dezembro de 2023.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de setembro de 2024.

# COREMAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais individuais e consolidados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	1	778	4.224
Contas a receber	6	-	-	8.682	4.084
Caixa restrito	7	-	-	677	-
Despesas antecipadas		-	-	806	229
Tributos e contribuições a compensar		-	-	-	1.292
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>10.943</u>	<u>9.829</u>
<b>Não circulante</b>					
Caixa restrito	7	-	-	5.997	5.400
Partes relacionadas	8	20.082	20.081	66.041	15.987
Tributos e contribuições a compensar		-	-	3.715	-
Despesas antecipadas		-	-	-	183
		<u>20.082</u>	<u>20.081</u>	<u>75.753</u>	<u>21.570</u>
<b>Investimentos</b>					
Imobilizado	11	142.775	124.998	-	-
Intangível	9	-	-	341.176	355.807
		<u>142.775</u>	<u>124.998</u>	<u>345.081</u>	<u>359.712</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>162.858</u></u>	<u><u>145.080</u></u>	<u><u>431.777</u></u>	<u><u>391.111</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# COREMAS HOLDING S.A.

## Balanços patrimoniais individuais e consolidados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	14	4	1.570	924
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	12.948	7.237
Debêntures	15	-	30.123	-	30.123
Obrigações tributárias	13	1.048	718	12.836	6.437
Adiantamentos de clientes		-	-	849	849
		<u>1.062</u>	<u>30.845</u>	<u>28.203</u>	<u>45.570</u>
Não circulante					
Fornecedores	12	-	-	5.060	5.061
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	181.922	188.331
Debêntures	15	36.455	-	36.455	-
Arrendamentos		-	-	34	-
Partes relacionadas	8	417	9	51.274	34.018
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	3.905	3.905
		<u>36.872</u>	<u>9</u>	<u>278.650</u>	<u>231.315</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	132.281	115.000	132.281	115.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	17.175	-	17.175
Prejuízos acumulados		(7.357)	(17.949)	(7.357)	(17.949)
		<u>124.924</u>	<u>114.226</u>	<u>124.924</u>	<u>114.226</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>162.858</u>	<u>145.080</u>	<u>431.777</u>	<u>391.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COREMAS HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado do exercício individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	-	-	96.486	46.768
Custos operacionais		-	-	(53.003)	(27.598)
Lucro bruto		-	-	43.483	19.170
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(86)	(5.062)	(5.022)	(10.977)
Resultado de equivalência patrimonial		17.778	16.647	-	-
Prejuízo antes das receitas e despesas Financeiras e dos impostos sobre o lucro		17.692	11.585	38.461	8.193
Receitas financeiras	20	-	-	1.424	501
Despesas financeiras	20	(7.100)	(13.229)	(25.691)	(7.786)
Resultado financeiro		(7.100)	(13.229)	(24.267)	(7.285)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		10.592	(1.644)	14.194	908
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(3.602)	(2.552)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.592	(1.644)	10.592	(1.644)
Lucro (prejuízo) básico por ação	17	0,08007	(0,01430)	0,08007	(0,01430)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# COREMAS HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.592	(1.644)	10.592	(1.644)
Resultado abrangente do exercício	10.592	(1.644)	10.592	(1.644)

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

---

# COREMAS HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	62.000	(749)	-	(16.305)	44.946
Aumento de capital	53.000	-	-	-	53.000
Integralização do capital	-	749	-	-	749
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	17.175	-	17.175
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.644)	(1.644)
Em 31 de dezembro de 2022	115.000	-	17.175	(17.949)	114.226
Aumento de capital	18.000	-	(17.175)	-	825
Integralização do capital	(719)	-	-	-	(719)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	10.592	10.592
Em 31 de dezembro de 2023	132.281	-	-	(7.357)	124.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# COREMAS HOLDING S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	10.592	(1.644)	10.592	(1.644)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Amortização sobre direitos de uso	-	-	394	-
Depreciação	-	-	14.438	4.674
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	1.105	-
Atualização monetária de arrendamentos	-	-	-	98
Juros sobre debêntures	6.293	12.871	6.293	3.038
Juros sobre empréstimos e financiamentos	353	-	12.385	2.201
Amortização de custos de emissão de debêntures	56	50	56	50
Baixa de imobilizado	26	-	26	-
Equivalência patrimonial	(17.778)	(16.647)	-	-
Outros	540	-	-	-
(Aumento) diminuição de ativos				
Caixa restrito	-	-	(1.274)	(466)
Contas a receber	-	-	(4.598)	(4.084)
Tributos e contribuições a compensar	-	-	(2.423)	(1.148)
Despesas antecipadas	-	-	(394)	172
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	10	(6)	645	(647)
Obrigações tributárias	330	330	6.399	3.909
Partes relacionadas	-	1.998	17.256	(64.758)
Outros passivos	-	-	1.154	1.106
Pagamento de juros	-	-	(6.568)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	422	(3.048)	55.486	(57.499)
Atividades de investimento				
Investimentos em controladas	-	(1.844)	-	-
Empréstimos concedidos a coligadas	(495)	-	-	-
Partes relacionadas	(1)	-	(50.054)	-
Aquisição de imobilizado	(32)	-	(131)	(129.751)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(528)	(1.844)	(50.185)	(129.751)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	106	53.749	106	53.749
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	185.995
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	17.175	-	17.175
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.052)	(1.144)
Amortização de debêntures	-	(66.032)	-	(66.032)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(801)	(127)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	106	4.892	(8.747)	189.616
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(3.446)	2.366
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	1	4.224	1.858
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	1	778	4.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

A Coremas Holding S.A. (“Companhia”), fundada em 31 de outubro de 2019, tem como objeto social ser uma holding das investidas Coremas IV, Coremas V e Coremas VI, empresas constituídas para a construção de usinas solares fotovoltaicas. A Companhia está localizada na fazenda Rio Tinto, s/n, na cidade de Coremas, Estado da Paraíba. Seu acionista controlador é a holding Rio Alto Energias Renováveis S.A. (“RAER”), pertencente ao grupo econômico denominado Grupo Rio Alto.

Ainda em 2019, a Companhia iniciou os estudos primários para o desenvolvimento dos projetos de Coremas IV, Coremas V e Coremas VI, com o intuito de construir parques solares fotovoltaicos no município de Coremas/PB. As obras iniciaram-se em 2020, sendo construídas por meio de um contrato de empreitada global (*Engineering, Procurement and Construction - EPC*), sendo que as usinas entraram em operação comercial entre maio e setembro de 2022.

Cada projeto foi concebido para ter 27.000 kW de potência instalada e 26.325 Kw de potência líquida. As usinas possuem um prazo de autorização de 35 anos e as outorgas foram emitidas em 28 de julho de 2020. Parte do potencial energético destas usinas solares já foram vendidos em contratos de entrega futura de energia (*Power Purchase Agreement - PPA*), ainda restando parte deste potencial energético para ser comercializado, seja no ambiente livre ou regulado.

Os projetos de Coremas IV, Coremas V e Coremas VI fazem parte dos planos de expansão do Grupo Rio Alto, dentro do segmento de geração de energia. Em 2020, o Grupo Rio Alto passou por uma reorganização societária visando essa nova fase de expansão. Desta forma, o controle acionário foi transferido dos acionistas Rafael Sanchez Brandão e Edmond Chaker Farhat Junior para a Rio Alto Energias Renováveis S.A., holding do grupo.

Essa expansão estratégica não apenas reforça a longevidade, mas também eleva a qualidade das operações, consolidando a posição do Grupo Rio Alto como uma referência sólida e confiável no setor de geração de energia renovável.

A missão primordial do Grupo Rio Alto é prover uma matriz energética limpa e acessível, respondendo de maneira eficaz à constante expansão da demanda no setor energético brasileiro. Os acionistas, cientes da importância desse propósito, estão empenhados no êxito dos projetos de Coremas e Santa Luzia, consolidando assim a visão do grupo em contribuir de forma sustentável para as necessidades energéticas do país.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Considerando a Resolução Normativa nº 876 de 10 de março de 2020, a seguir são apresentadas as informações das autorizações das outorgas das usinas solares fotovoltaicas:

Entidade	Nº DRO	Data da DRO	Nº REAs (Outorga)	Data da REA - Outorga de autorização	Prazo de autorização	kW
Coremas IV	1.162	17/04/2015	9.089	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.
Coremas V	1.122	16/04/2015	9.090	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.
Coremas VI	1.100	15/04/2015	9.091	28/07/2020	35 anos	Central geradora terá 27.000 kW de Potência Instalada e 26.325 kW de Potência Líquida.

DRO - Despacho de Registro de Requerimento de Outorga, que autoriza o início das obras;  
REA - Resolução autorizativa, quando a outorga é concedida.

### 1.1. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Companhia registrou um lucro de R\$ 10.592 e um patrimônio líquido de R\$ 124.924 (R\$114.226 em 31 de dezembro de 2022), reduzindo seu prejuízo acumulado para R\$7.357 (R\$17.949 em 31 de dezembro de 2022). Além disso, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$1.061 e R\$17.260, na controladora e consolidado, respectivamente.

A condição de capital circulante líquido negativo teve uma melhora significativa em decorrência, principalmente, da rolagem das debêntures, tendo que vista que os prazos de vencimento das debêntures apresentam datas de liquidação originalmente previstas para maio de 2024 e foram negociadas para vencimento em 2026, conforme descrito na nota explicativa nº 26 eventos subsequentes.

No dia 17 de outubro de 2023, os debenturistas decidiram em Assembleia Geral de Debenturistas pela alteração do prazo e da data de vencimento das debêntures, passando para o prazo de vencimento final em 18 de abril de 2024.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023, a Companhia apresentou uma receita operacional líquida de R\$96.486 proveniente da venda de energia dos contratos de longo prazo, Power Purchase Agreement (PPA) e operações compra e venda de energia de curto prazo. O complexo Coremas, já em operação comercial, apresenta uma capacidade de geração de caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo, gerando uma receita anual projetada de R\$49.745 e EBITDA de aproximadamente R\$39.796, considerando um curtailment de aproximadamente 5%.

Os projetos de Coremas IV a VI foram elaborados com base neste planejamento financeiro, baseado na sua capacidade efetiva de geração de caixa. Os contratos de venda futura de energia já foram firmados, bem como os recursos captados para financiamento já negociados, no montante de R\$ 82.353 em debêntures com ingresso de recursos em 2020 e 2022, e aproximadamente R\$ 203.500 em financiamentos por meio do Banco do Nordeste do Brasil já contratados desde o 1º semestre de 2020, e divididos em 3 contratos, sendo aproximadamente: Coremas IV de R\$ 66.300; Coremas V de R\$ 69.300; Coremas VI de R\$ 67.900, com prazo médio de 18 anos e primeira parcela de amortização de principal e juros vencendo 6 meses após o início das vendas de energia. Durante o exercício de 2022 houve a liberação dos recursos provenientes destes financiamentos, totalizando R\$185.995, restando apenas uma parcela no montante de R\$ 18.235 com previsão de recebimento no segundo semestre de 2024. A administração entende que a venda de energia suporta o fluxo de caixa futuro para amortização destes passivos.

A Administração tem acompanhado de forma proativa o mercado de energia e tem participado de leilões de contratos de venda de energia de longo prazo, além de realizar a venda de energia no mercado de contratação livre.

As restrições energéticas, ou *curtailment*, no mercado de energia brasileiro têm sido uma preocupação crescente para os geradores de energia, principalmente aqueles que operam em fontes renováveis, como solar e eólica. O termo "*curtailment*" refere-se à limitação ou redução forçada da geração de energia, mesmo quando as condições técnicas permitiriam que a energia fosse gerada e injetada no sistema. Essas restrições podem ocorrer por vários motivos e, no contexto do Brasil, os principais fatores são a sobrecarga da infraestrutura de transmissão, problemas de planejamento do sistema e questões regulatórias. Essas restrições são requeridas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS.

A expansão da capacidade de geração, sobretudo em fontes eólicas e solares, tem crescido de maneira significativa nos últimos anos, superando, em muitos casos, a capacidade de transmissão de energia. As regiões Norte e Nordeste, ricas em recursos eólicos e solares, sofrem frequentemente com a falta de linhas de transmissão suficientes para escoar a energia gerada.

Em determinados momentos, há uma superprodução de energia, especialmente nas regiões onde há uma concentração elevada de fontes renováveis. Mesmo o Brasil tendo uma matriz energética diversa, que inclui hidrelétricas, termelétricas e outras fontes, observa-se que Operador Nacional do Sistema - ONS vem determinando restrições significativas aos geradores de energia renovável.

As fontes de energia renovável, como a eólica e a solar, são intermitentes por natureza, dependendo de fatores climáticos. Isso cria desafios operacionais para o sistema, que precisa garantir um fornecimento estável de energia. Durante momentos de baixa demanda ou alta oferta dessas fontes, o ONS pode reduzir a geração dessas usinas para equilibrar o sistema.

A ausência de um planejamento adequado e de regulamentações claras para lidar com o crescimento acelerado da geração renovável também contribui para o *curtailment*. A coordenação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento energético e as operadoras de transmissão, muitas vezes, não consegue acompanhar o ritmo de entrada em operação das novas usinas de energia renovável. Isso gera gargalos no escoamento da energia.

A principal consequência do *curtailment* para os geradores de energia é a perda de receita. Mesmo que a usina esteja tecnicamente capaz de gerar e vender energia, a redução forçada na produção impede que esses geradores aproveitem todo o potencial de suas instalações, afetando diretamente a produção energética.

A Rio Alto possui contratos de fornecimento de energia com clientes e com o sistema elétrico. Quando o *curtailment* ocorre, os agentes geradores podem vir a ser penalizados por não conseguir cumprir seus contratos, enfrentando multas ou outros tipos de sanções financeiras, além de prejudicar a reputação dessas empresas perante seus clientes e parceiros.

Em resumo, o *curtailment* no Brasil, representa um grande desafio para o setor energético, trazendo enormes prejuízos financeiros e operacionais para os geradores de energia. Contudo, com medidas adequadas de planejamento, investimentos e inovação tecnológica, é possível mitigar esses impactos e criar um ambiente mais equilibrado e eficiente para o mercado energético brasileiro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza material, além das mencionadas acima, que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de setembro de 2024.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

#### 2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data-base das demonstrações financeiras	Participação (%) - 31/12/2023	Participação (%) - 31/12/2022	Segmento
Coremas IV Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2023	100	100	Usina solar fotovoltaica
Coremas V Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2023	100	100	Usina solar fotovoltaica
Coremas VI Geração de Energia SPE Ltda.	31/12/2023	100	100	Usina solar fotovoltaica

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

## 2.5. Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2023, as entidades controladas se apresentavam da seguinte forma:

### a) Coremas Holding S.A. ("Coremas Holding")

Constituída em 13 de novembro de 2019, a Coremas Holding, sociedade empresarial por ações, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto s/n, tem como objeto social ser holding de instituições não financeiras, e consolidar as investidas Coremas IV, V e VI.

### b) Coremas IV Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas IV")

Constituída em 19 de setembro de 2019, é uma sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto s/n, com atividade exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, que tem como objeto social a geração de energia solar fotovoltaica.

### c) Coremas V Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas V")

Constituída em 19 de setembro de 2019, é uma sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto s/n, com atividade exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, que tem como objeto social a geração de energia solar fotovoltaica.

### d) Coremas VI Geração de Energia SPE Ltda. ("Coremas VI")

Constituída em 12 de setembro de 2019, é uma sociedade de propósito específico do tipo limitada, com sede em Coremas, PB, localizada na Fazenda Rio Tinto s/n, com atividade exclusiva de implantação de uma usina fotovoltaica no estado da Paraíba, que tem como objeto social a geração de energia solar fotovoltaica.

## 2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### 2.6.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa e equivalente de caixa aos quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

#### 2.6.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.6.3. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado com a utilização de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos.

#### 2.6.4. Ativo imobilizado

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos.

As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período.

A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como, o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

### 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1. Resultado do exercício

##### Reconhecimento da receita

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

#### Custo de compra de energia

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de venda de energia) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Os custos de vendas e serviços prestados são reconhecidos e mensurados:

- Líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e
- Com base na associação direta da receita.

O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia.

### 3.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou, substancialmente, em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos são apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a receita. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

### 3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurável: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Conforme CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, as Empresas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, são classificados como VJR.

Um ativo financeiro é, inicialmente, mensurado pelo valor justo acrescido para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

O CPC 48 determina o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

#### Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

#### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

### 3.5. Imobilizado

#### Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da Companhia é representado, majoritariamente, pelas obras em andamento das usinas fotovoltaicas. Estes gastos são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Todos os gastos envolvidos nas construções, de acordo com orçamentos definidos pela área de engenharia, são capitalizados como custo do imobilizado. O custo de transação de empréstimos relacionados as obras em andamento também são capitalizadas como ativo fixo, de acordo com o pronunciamento CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

#### Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

### Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Empresas obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente.

### 3.6. Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). A administração avalia periodicamente seus ativos frente a possibilidade de *impairment*, e até a data de encerramento das demonstrações financeiras não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, uma vez que seu imobilizado está em construção.

### 3.7. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terras, referente as fazendas aonde as construções das usinas fotovoltaicas estão ocorrendo.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

### 3.8. Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras, a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto por meio do método de equivalência patrimonial.

Os custos das operações de empréstimos das controladas e controladas em conjunto são capitalizadas como imobilizado. Os custos capitalizados nas controladas são reconhecidos na Companhia por meio do método de equivalência patrimonial.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### 3.11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro ou prejuízo por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias totais em poder dos acionistas. O cálculo do lucro/prejuízo diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme nota explicativa 17.

## 4. Normas e interpretações novas e revisadas

### 4.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando esses estiverem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	% CDI	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDB	85% a 101% CDB DI	1	-	776	-
Fundos de investimento de curto prazo	100% CDB DI	-	1	2	4.224
		1	1	778	4.224

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com rentabilidade média entre 85% e 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento com o emissor, sem perda significativa de valor.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 21.

## 6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	8.454	3.857
Outras contas a receber	229	226
	8.683	4.083

## 7. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimentos - BNB (a)	6.674	5.400
	6.674	5.400
Circulante	677	-
Não circulante	5.997	5.400

- a) Aplicações em fundos de investimentos financeiros, vinculados ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os recursos aplicados nas controladas Coremas IV, V, VI, VII e VIII transitam pelas contas do BNB e é necessário que o banco aprove os pagamentos, em acordo com o cronograma das obras em andamento (e financiadas). Os contratos estabelecem limites mínimos de saldo a ser mantido nas contas de uso restrito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Partes relacionadas

Partes relacionadas	Natureza da operação	Controladora			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coremas IV	Empréstimo	7.506	-	7.506	-
Coremas V	Empréstimo	5.528	-	5.527	-
Coremas VI	Empréstimo	7.048	-	7.048	-
Rio Alto Energias Renováveis	Empréstimo	-	417	-	9
		<u>20.082</u>	<u>417</u>	<u>20.081</u>	<u>9</u>

  

Partes relacionadas	Natureza da operação	Consolidado			
		31/12/2023		31/12/2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Coremas VII	Empréstimo	20.580	9.429	5.844	-
Coremas VIII	Empréstimo	16.916	2.460	10.143	-
Rio Alto Infraestrutura	Empréstimo	9	57	-	33.961
Rio Alto Infraestrutura	Fornecedores	-	-	-	57
Rio Alto Energia Renováveis	Empréstimo	28.536	39.328	-	-
		<u>66.041</u>	<u>51.274</u>	<u>15.987</u>	<u>34.018</u>

As transações entre partes relacionadas são contratadas em condições definidas entre as partes.

Estas transações referem-se substancialmente a empréstimos entre as controladas do Grupo Rio Alto, com o objetivo de atender as necessidades de caixa de cada controlada. Tais transações não possuem prazos de vencimento definidos nem juros e atualização monetária.

COREMAS HOLDING S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Imobilizado em uso	Consolidado								
	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transf.	Depreciação	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
UFV em operação	4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Coremas IV		-	-	116.181	(1.495)	114.686	102	(4.775)	110.013
Coremas V		-	-	127.840	(1.777)	126.063	-	(5.226)	120.837
Coremas VI		-	-	115.681	(1.402)	114.279	-	(4.760)	109.519
Computadores	10%	-	-	-	-	-	5	(1)	4
Máquinas	10%	-	-	-	-	-	24	-	24
Obras em andamento									
Coremas IV		49.483	44.097	(93.580)	-	-	-	-	-
Coremas V		52.123	50.931	(103.054)	-	-	-	-	-
Coremas VI		56.298	36.872	(93.170)	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		45.641	3.655	(48.517)	-	779	-	-	779
Capitalização juros		11.388	9.993	(21.381)	-	-	-	-	-
		<u>214.933</u>	<u>145.548</u>	<u>-</u>	<u>(4.674)</u>	<u>355.807</u>	<u>131</u>	<u>(14.762)</u>	<u>341.176</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 10. Ativo de direito de uso

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme a segunda revisão do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devem atender aos seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os contratos devem possuir fluxo de pagamentos com valores relevantes; e, (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazo superior a 1 ano, após o encerramento das demonstrações financeiras.

O valor presente foi determinado com uma taxa de juros incremental, avaliada pela Administração da Companhia, com base na taxa de referência Dixpre, divulgada B3, com o spread médio de captação que a Companhia tem disponível até o encerramento das demonstrações financeiras, acrescido da taxa média de inflação esperada (divulgada pelo IPEA). Assim, chegou-se a taxa média de 14,20%.

Os contratos de arrendamento foram firmados em 2019 com a Rio Alto Energia Empreendimentos e Participações Ltda. ("Rio Alto Empreendimentos"), entidade do Grupo Rio Alto, porém, não controlada da Companhia, e em 2020 foi assinada a cessão direitos e obrigações dos contratos de arrendamento com as controladas Coremas IV, Coremas V e Coremas VI.

Em 2023 ocorreram mudanças no fluxo de pagamento, as parcelas mensais de amortização passaram a ser totalmente variáveis (conforme faturamento de cada usina). A fim de atender a norma CPC 06 (R2), os contratos relacionados à Fazenda Rio Tinto foram desreconhecidos das contas patrimoniais e as parcelas de pagamento são reconhecidas diretamente no resultado.

## 11. Investimentos

As movimentações de aportes e equivalência patrimonial nas investidas são apresentados na tabela abaixo:

Controladas	% Part.	Saldo em 01/01/2023	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial (a)	Saldo em 31/12/2023
Coremas IV	100%	40.447	-	10.919	51.365
Coremas V	100%	47.262	-	9.479	56.741
Coremas VI	100%	37.288	-	(2.620)	34.671
		<u>124.998</u>	<u>-</u>	<u>17.778</u>	<u>142.777</u>

(a) Os montantes apresentados de equivalência patrimonial incluem o ajuste dos juros capitalizados, em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	14	4	6.630	5.985
	14	4	6.630	5.985
Circulante	14	4	1.570	924
Não circulante	-	-	5.060	5.061

Referem-se a gastos incorridos nas obras em andamento das usinas fotovoltaicas de Coremas IV, Coremas V e Coremas VI, e demais despesas administrativas de serviços tomados no decorrer das operações.

## 13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IOF (a)	1.047	717	5.615	4.314
IRPJ (b)	-	-	3.709	1.124
COFINS	-	-	1.465	313
CSLL	-	-	1.485	421
INSS	-	-	118	97
ISS Retido	-	-	68	59
Outros	1	1	376	109
	1.048	718	12.836	6.437

(a) IOF provisionado sobre as operações de mútuos entre as partes relacionadas da Companhia (nota explicativa 8).

(b) IRPJ proveniente de saldos de retificação de SPED e ECF.

## 14. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado
	31/12/2023
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	194.870
	194.870
Circulante	12.948
Não circulante	181.922

As investidas Coremas IV, Coremas V, Coremas VI possuem contratos de financiamento das obras das usinas solares, junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos foram recebidos em duas parcelas totalizando R\$ 185.994, sendo R\$ 60.439 para Coremas IV, R\$ 63.710 para Coremas V, R\$ 61.486 para Coremas VI. Estes empréstimos têm as seguintes taxas de juros: Coremas IV IPCA+0,9670% aa; Coremas V IPCA+1,8282% aa; e Coremas VI IPCA+1,8282% aa.

A operação é garantida por meio de fianças bancárias, negociadas anualmente, e pela constituição do fundo de liquidez em conta reserva. As fianças podem ser reduzidas, conforme atendimento de condicionantes como conclusão das obras, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia (PPA); amortização parcial do principal da dívida; dentre outros.

As principais obrigações não financeiras (*covenants* não financeiros) são: pagar todos os tributos incidentes sobre o crédito concedido; responder por todas despesas incorridas pelo banco para segurança, regularização e conservação do seu direito creditório; cumprir rigorosamente a legislação ambiental específica; a partir da conclusão física e financeira do projeto, manter 90% de produção anual de energia; comprovar a correta aplicação dos recursos do projeto; destacar a colaboração financeira do Banco do Nordeste sempre que fizer propaganda ou publicidade; dentre outras obrigações. A administração acompanha todas as suas operações de forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações perante os seus credores. Não há obrigações financeiras para previstas nos contratos de empréstimos junto ao BNB (*covenants* financeiros).

Abaixo está o resumo da operação:

Entidade	Data assinatura	Valor da captação	Desembolso	Taxa	1ª Amortização	Vencimento final
Coremas IV	28/02/2020	66.347	60.440	IPCA + 0,9670% aa	15/10/2023	15/03/2038
Coremas V	23/06/2020	69.938	63.709	IPCA + 1,8282% aa	15/08/2023	15/06/2038
Coremas VI	23/06/2020	67.892	61.846	IPCA + 1,8282% aa	15/08/2023	15/06/2038

(\*) Valores liberados pela instituição financeira até 31 de dezembro de 2023.

O movimento dos financiamentos está representando abaixo:

	Consolidado
Saldo inicial	-
Captações	185.995
(-) Amortizações principal	(695)
(-) Amortizações juros	(449)
(+) Juros e variações monetárias	10.717
Saldos em 31/12/2022	195.568
Captações	-
(-) Amortizações principal	(8.052)
(-) Amortizações juros	(6.568)
(+) Juros e variações monetárias	13.922
Saldos em 31/12/2023	194.870
Circulante	12.948
Não circulante	181.922

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo está o cronograma dos vencimentos, baseado no fluxo de pagamentos projetado:

Consolidado	
Ano	Total
2024	14.836
2025	15.375
2026	15.403
2027	15.788
2028 a 2038	133.468
Total	194.870

## 15. Debêntures

Em 18 de dezembro de 2019 a entidade Coremas Holding S.A. emitiu debêntures com a finalidade de subsidiar os projetos em desenvolvimentos de Coremas IV, Coremas V e Coremas VI, sendo tais debêntures emitidas em série única, no montante total de R\$60.000, recebida em três parcelas, sendo a primeira parcela de R\$20.000 recebida em 30 de dezembro de 2019, a segunda parcela de R\$20.000 recebida em 16 de janeiro de 2020 e a última parcela de R\$20.247 em 7 de fevereiro de 2020. A amortização ocorre em parcela única integral a vencer em 18 de junho de 2024. A Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é o agente fiduciário da operação, as debêntures são simples, não conversíveis. A remuneração é de 100% da variação acumulada da Taxa DI, divulgada pela B3, acrescida de 7% a.a.

Em 14 de maio de 2021 a Coremas Holding S.A. realizou a segunda emissão de debêntures no montante de R\$42.000. Esta emissão teve como objetivo financiar o cumprimento de obrigações referentes a obras em andamento, de forma a mitigar riscos de eventuais atrasos no cronograma das obras.

A Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é o agente fiduciário das operações descritas acima. As debêntures emitidas pela Coremas Holding são simples e não conversíveis.

Apresentamos a seguir as informações relativas às emissões das debêntures:

	Empresa	Qtd.	Data de assinatura	Taxa de juros	Término
Debêntures - 1ª emissão	Coremas Holding	60.000	18/12/2019	Dixpre + 7% aa	jun/2024

As debêntures foram emitidas com base na Instrução CVM 476/09, e houve dispensa de registro de distribuição na CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos *covenants* não financeiros, a administração da Companhia destaca as principais cláusulas existentes, exclusivamente relacionadas a emissora (Coremas Holding) e suas controladas (Coremas IV, Coremas V e Coremas VI), a seguir:

- Dissolução, a liquidação ou a extinção de qualquer controlador;
- Ocorrência de protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas;
- Decretação do vencimento antecipado de quaisquer obrigações;
- Aplicação, pela Emissora, dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa das obras em andamento das usinas solares fotovoltaicas;
- Realização de redução de capital social;
- Fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, capitalização ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo; e,
- Não obtenção, não renovação, cancelamento, cassação, revogação, suspensão ou perda definitiva de licenças das obras.

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2021 (Consolidado)	83.234	83.234
Captações	-	-
Juros e variações monetárias	12.871	12.871
(+) Apropriação de custo de emissão	50	50
(-) Amortização de principal	(56.076)	(56.076)
(-) Amortização de juros	(9.956)	(9.956)
Saldos em 31/12/2022 (Consolidado)	30.123	30.123
Juros e variações monetárias	6.293	6.293
(+) Apropriação de custo de emissão	39	39
Saldos em 31/12/2023 (Consolidado)	36.455	36.455
Circulante	-	-
Não circulante	36.455	36.455

As debêntures emitidas possuem como garantia a alienação fiduciária de 100% das ações da Coremas Holding S.A., bem como a totalidade dos direitos creditórios da emissora. As cotas do FIP Rio Alto, pertencentes a Rio Alto Energia, Empreendimentos e Participações Ltda. (parte relacionada), também foram dadas como garantia, porém, com efeito suspensivo após a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas Coremas IV, Coremas V e Coremas VI.

## 16. Provisão para contingências

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

### a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Refere-se substancialmente a processo judicial sobre compartilhamento de subestação: em janeiro de 2022, Coremas I, II e III entraram com uma ação declaratória contra Coremas IV, V, VI, VII e VIII, visando o ressarcimento pelo compartilhamento das instalações da subestação do Complexo Coremas. Em sede de mediação perante a ANEEL, foi apresentado laudo técnico de avaliação e tão logo o laudo seja apresentado nos Autos judiciais, Coremas IV a VI efetuarão o pagamento pelo ressarcimento das instalações compartilhadas, estimado em R\$ 3.905.

### b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui duas ações envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, referente a autuações do Conselho Regional de Engenharia nas investidas Coremas IV e Coremas V, no valor total de R\$5.

Processo de arbitragem com fornecedores: foi iniciado um procedimento arbitral pelo fornecedor do contrato de EPC (engineering, procurement and construction) dos contratos firmados com Coremas IV, V, VI, VII e VIII. As partes ainda aguardam decisão do Tribunal Arbitral, já constituído, sobre questões preliminares. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras foi estimado pelos advogados, como possibilidades e perspectivas ao desfecho deste contencioso arbitral como possível. O valor original total da arbitragem é de R\$126.000.

## 17. Patrimônio Líquido

### 17.1. Capital social

O capital social autorizado da Coremas Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023 é de R\$133.000 em ações ordinárias, parcialmente integralizadas no valor nominal de R\$1,00, com a seguinte composição:

Sócios	Quantidade ações	Valor em R\$ mil	Percentual (%)	Ações Integralizadas (R\$)
Rio Alto Energias Renováveis S.A.	133.000.000	133.000	100,00%	132.281
	133.000.000	133.000	100,00%	132.281

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Integralização de capital

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 02 de maio de 2023, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 18.000. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 133.000, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e será integralizado em 36 (trinta e seis) meses.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada a consignação da integralização parcial do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 15, em moeda corrente nacional, pelo sócio Rio Alto Energias Renováveis S/A., ficando o capital social parcialmente integralizado no valor de R\$ 132.268.

### 17.2. Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais (quando aplicável) em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo básico e diluído por ação				
Prejuízo líquido - R\$ mil	10.592	(1.644)	10.592	(1.644)
Média ponderada de ações (i)				
Ordinárias	132.281	115.000	132.281	115.000
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>0,08007</u>	<u>(0,01430)</u>	<u>0,08007</u>	<u>(0,01430)</u>

### 18. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Venda de energia	100.142	47.883
Receita bruta	100.142	47.883
(-) PIS	(629)	(205)
(-) COFINS	(3.027)	(910)
Deduções sobre a receita	(3.656)	(1.115)
Receita operacional líquida	<u>96.486</u>	<u>46.768</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica (b)	-	-	33.290	17.701
Depreciação	-	-	14.439	4.674
Tarifa de Transmissão de Energia (a)	-	-	5.276	5.223
Fretes e carretos	-	-	10	-
Locações	-	-	236	205
Seguros	-	-	917	217
Serviços de terceiros	72	5.049	2.456	10.676
Taxas	1	-	574	24
Viagens e estadias	-	-	32	35
Outras despesas	13	13	790	(215)
Salários e encargos	-	-	5	35
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>5.062</b>	<b>58.025</b>	<b>38.575</b>
Custo operacionais	-	-	53.003	27.598
Despesas gerais e administrativas	86	5.062	5.022	10.977
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>5.062</b>	<b>58.025</b>	<b>38.575</b>

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Descontos obtidos	-	-	309	37
Outras receitas financeiras	-	-	-	29
Recuperação de despesas	-	-	10	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	1.105	376
Variações monetárias ativas	-	-	-	59
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.424</b>	<b>501</b>
Custo de emissão de debêntures	(56)	-	(56)	-
Fianças e comissões bancárias	-	-	(5.465)	(509)
IOF	(330)	(330)	(1.319)	(1.964)
Juros debêntures (a)	(6.293)	(12.871)	(6.293)	(3.038)
Juros de mora e multas	(2)	-	(4)	-
Juros sobre empréstimos (b)	(353)	-	(12.385)	(2.201)
Tarifas	(67)	(28)	(172)	(72)
Variações monetárias passivas	-	-	-	(2)
Outras despesas financeiras	1	-	3	-
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(7.100)</b>	<b>(13.229)</b>	<b>(25.691)</b>	<b>(7.786)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(7.100)</b>	<b>(13.229)</b>	<b>(24.267)</b>	<b>(7.285)</b>

21. Instrumentos financeiros

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	1	1	778	4.224
Caixa restrito	2	-	-	6.674	5.400
Créditos com partes relacionadas		20.082	20.081	66.041	15.987
Contas a receber		-	-	8.682	4.084
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos		-	-	194.870	195.568
Fornecedores		14	4	6.630	5.985
Partes relacionadas		417	9	51.274	34.018
Debêntures		36.455	30.123	36.455	30.123
Arrendamentos		-	-	34	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

b) Financiamentos

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	-	-	(12.948)	(7.237)
Não circulante	-	-	(181.922)	(188.331)
Arrendamento mercantil				
Não circulante	-	-	(34)	-
Debêntures				
Circulante	-	(30.123)	-	(30.123)
Não circulante	(36.455)	-	(36.455)	-
Dívida total	(36.455)	(30.123)	(231.359)	(225.691)
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	778	4224
Dívida líquida	(36.454)	(30.122)	(230.581)	(221.467)
Patrimônio líquido	124.924	114.226	124.924	114.226
Índice de endividamento líquido	(29%)	(26%)	(185%)	(194%)

A Companhia possui contratos de debêntures, e estes contratos estão sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants" não financeiros), aos quais a administração realiza um acompanhamento para garantir seus cumprimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023 inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("covenants não financeiros").

O valor contábil das debêntures, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI;
- (ii) Risco de captação - a Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamento adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de dívida;
- (iii) Risco de garantia - a Companhia está exposta a risco de garantias, relacionadas as debêntures emitidas (Nota Explicativa 15);
- (iv) Risco de liquidez - AS principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de empréstimos, até o início da operação das usinas solares fotovoltaicas de Coremas IV, Coremas V e Coremas VI.

22. Informações suplementares do fluxo de caixa - Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

	31/12/2022	Fluxo de caixa	Adições	Juros / variações	Baixas / amortizações	31/12/2023
Debêntures	30.123	-	-	6.332	-	36.455
Total	30.123	-	-	6.332	-	36.455

  

	31/12/2022	Fluxo de caixa	Alterações não caixa	Juros / variações	Baixas / amortizações	31/12/2023
Debêntures	30.123	-	-	6.332	-	36.455
Financiamentos	195.568	4.215	-	(4.913)	-	194.870
Empréstimos partes relacionadas	34.018	-	-	17.256	-	51.274
Total	259.709	4.215	-	18.675	-	282.599

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Imposto de renda e contribuição social

## a) Prática Contábil

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente foram calculados com base na IN RBF 1700. Para o imposto de renda foi utilizado a presunção de 32% para receita de serviços e locação e 8% para faturamento de energia elétrica, após uma alíquota de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 de cada trimestre.

Para a contribuição social foi utilizado a presunção de 32% para receita de serviços e locação e 12% para faturamento de energia elétrica e aplicada alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente foi calculado por cada uma das empresas pertencentes ao Grupo, e é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar descontados os impostos retidos na fonte, sejam sobre a prestação de serviços, ou sobre rendimentos financeiros. O montante dos impostos correntes a pagar é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

## b) Apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	%	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Receitas		125.911	57.500
Presunção do lucro - IRPJ			
Venda de mercadoria	8%	8.011	4.181
Demais receitas	100%	25.769	2.386
		33.780	6.567
Despesa de IRPJ		(2.365)	(1.773)
Presunção do lucro - CSLL			
Venda de mercadoria	12%	12.017	6.271
Demais receitas	100%	1.735	2.386
		13.752	8.657
Despesa de Contribuição Social		(1.238)	(779)
Total (IRPJ + CSLL)		(3.602)	(2.552)

## 24. Compromissos assumidos

Em 5 de novembro de 2019 e 12 de março de 2020, por meio da Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica nº 06/2019 e da Chamada Pública de Compra de Energia Elétrica nº 01/2020, respectivamente, a Companhia por meio de suas investidas, Coremas IV, Coremas V e Coremas VI firmou contratos de venda futura de energia com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com entrega prevista para 2023 no montante total de R\$350 milhões. Estes contratos possuem chamada de pagamento de bônus para a Companhia em caso de antecipação na entrega de energia.

Adicionalmente, durante o exercício de 2023 o Grupo Rio Alto mantinha os seguintes contratos de venda de energia:

- Coremas IV, V e VI, para suprimento de energia com início em janeiro de 2023 até dezembro de 2037, com o total de 21,6 MWm contratados.

COREMAS HOLDING S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 25. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Entidades	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Seguro Garantia Para Construção, Fornecimento Ou Prestação De Serviços	Coremas Iv Geração De Energia Spe S/A	20/12/2020 a 30/12/2024	245	245
Seguro Garantia Para Construção, Fornecimento Ou Prestação De Serviços	Coremas V Geração De Energia Spe S/A	20/12/2020 a 30/12/2024	245	245
Seguro Garantia Para Construção, Fornecimento Ou Prestação De Serviços	Coremas Vi Geração De Energia Spe S/A	20/12/2020 a 30/12/2024	245	245

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

a) Debêntures Coremas Holding I e Coremas Holding II

- (i) No dia 31 de maio de 2024 reuniram-se em Assembleia Geral de Debenturistas, os representantes pela 1ª e 2ª emissão das Debentures de Coremas Holding I e Coremas Holding II, para a tratar do assunto referente renovação e rolagem das Debentures.

Os Debenturistas decidiram pela celebração do aditamento Escritura da 1ª Emissão Coremas I e Coremas Holding II, contendo as seguintes alterações: (i) Prorrogação do prazo das debentures 1ª emissão Coremas I, passando as debentures 1ª Emissão Coremas I a ter prazo de 1.644 dias, contados da sua data de emissão, sendo o vencimento final das Debêntures 1ª Emissão Coremas I em 18 de junho de 2024.

- (ii) No dia 15 de julho de 2024 reuniram-se em Assembleia Geral de Debenturistas, os representantes pela 1ª e 2ª emissão das Debentures de Coremas Holding I, para a tratar do assunto referente renovação e rolagem das Debentures.

Os Debenturistas decidiram pela celebração do aditamento Escritura da 1ª Emissão Coremas I e pela 3ª Emissão Coremas Holding, contendo as seguintes alterações: (i) Prorrogação do prazo das debentures 1ª emissão Coremas I, passando as debentures 1ª Emissão Coremas I a ter prazo de 2.387 dias, contados da sua data de emissão, sendo o vencimento final das Debêntures 1ª Emissão Coremas I em 01 de julho de 2026, onde a amortização ocorre em parcela única integral a vencer em julho de 2026. A taxa de juros a partir de julho de 2024 é a taxa IPCA + 12% a.a.

- (iii) Em julho de 2024 a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debentures conversíveis em ações.

A Companhia emitiu 8.610 com valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada uma, totalizando um montante de R\$ 8.610.000 (oito milhões, seiscentos e dez mil reais), sendo que o prazo de vencimento é em junho de 2026. A taxa de juros é IPCA + 12% a.a.